



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1280/2024**  
**(à MPV 1280/2024)**

Dê-se nova redação ao § 2º do art. 32 da Medida Provisória nº 2.228, de 6 de setembro de 2001, na forma proposta pelo art. 2º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

**“Art. 32. ....**

**.....**

**§ 2º Não incidirá fato gerador sobre os prestadores de pequeno porte e/ou prestadores com menos de 200.000 (duzentos mil) assinantes”**

## **JUSTIFICAÇÃO**

A emenda propõe a inclusão do § 2º ao Art. 32 da Medida Provisória nº 2.228, de 6 de setembro de 2001, visando promover um tratamento mais justo e equilibrado para os prestadores de pequeno porte e aqueles com menos de 200.000 (duzentos mil) assinantes. A medida busca excluir esses prestadores da incidência de fatos geradores que, em determinadas situações, podem ser onerosos e desproporcionais para empresas de menor escala.

A inclusão do § 2º se justifica pela necessidade de desonerar as pequenas empresas, que desempenham um papel crucial na diversidade e na competitividade do mercado, promovendo inovação e aumentando a oferta de serviços de telecomunicações de forma acessível. Essas empresas, devido ao seu porte reduzido, enfrentam desafios financeiros significativos, sendo, portanto, mais vulneráveis a encargos adicionais, o que poderia comprometer a sustentabilidade de suas atividades.



Portanto, a emenda visa garantir que as micro e pequenas empresas, em especial aquelas com um número reduzido de assinantes, possam se desenvolver sem que sobre elas recaia uma carga tributária excessiva, favorecendo um ambiente de negócios mais inclusivo e estimulante para a inovação no setor de telecomunicações.

Sala da comissão, 5 de fevereiro de 2025.

**Deputado David Soares**  
**(UNIÃO - SP)**  
**Deputado**

